

Reforma do Estado

Entrevista a Diogo Coelho

[Revista Estopim](#) julho 27, 2012 (blog polifonia)

O professor Luiz Carlos Bresser-Pereira esteve à frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando liderou a implementação da Reforma Gerencial do Estado brasileiro. No início do segundo mandato de FHC, foi Ministro da Ciência e Tecnologia, cargo que ocupou até julho de 1999.

Desde então, o professor emérito da Fundação Getúlio Vargas tem se dedicado integralmente à vida acadêmica. Em seus escritos, defende que o Brasil adote uma estratégia [novo-desenvolvimentista](#), “associada a um novo pacto político popular e nacional”.

No ano passado, Bresser-Pereira desligou-se do PSDB – do qual foi um dos fundadores –, por conta da guinada à direita dada pelo partido nos últimos tempos: “um partido desse não me serve, seja pela minha posição social-democrata, seja pela minha posição nacionalista econômica”, afirmou à jornalista Maria Inês Nassif, em entrevista publicada no jornal Valor Econômico em abril de 2011.

A este blog Polifonia, Bresser-Pereira concedeu gentilmente por e-mail a seguinte entrevista exclusiva, onde fala sobre reforma do Estado, investimento público e privado, Universidade e organizações sociais. Confira:

Polifonia: O senhor defende que o país adote uma estratégia novo-desenvolvimentista, ancorada em um acordo nacional, do qual participem os trabalhadores, os empresários industriais e a burocracia pública, e que, no médio prazo, seja comandada pelas taxas de investimento e de poupança que forem socialmente acordadas. Qual o papel do investimento público nessa estratégia? Como conseguir ampliar o investimento público em uma realidade na qual praticamente a metade do orçamento da União é destinada ao pagamento do serviço da dívida, e apenas 10% (ou um pouco menos) são de livre alocação, quando excluimos os mecanismos constitucionais de desvinculação? Nesse aspecto, qual o papel da reforma do Estado iniciada pelo senhor no Governo Fernando Henrique Cardoso? Como o senhor avalia seu estágio atual?

Bresser-Pereira: O investimento público, inclusive o das empresas estatais, deveria voltar a representar cerca de 20 a 25% do investimento total realizado pelo Brasil. Para isto, é preciso reaparelhar o Estado com capacidade de investir – o que vem sendo realizado através do PAC e da recuperação da profissão de engenheiro – e através de empresas estatais. E pode realizar esse investimento sem medo do déficit público. A estória de que o Estado não tem recursos para investir é uma tese neoliberal.

Neste campo, a Reforma Gerencial do Estado de 1995 tem pouco a contribuir através de sua ideia mais geral: é preciso fortalecer administrativamente o Estado brasileiro. Durante os anos neoliberais, o desmonte do Estado ocorreu no seu setor de engenharia, não no setor econômico, que ninguém mexe, nem no setor social, porque este tornara-se prioritário desde a Transição Democrática de 1985.

A Reforma Gerencial de 1995 continua a ser realizada, principalmente nos estados e municípios. Não há alternativa senão realizá-la, já que ela é a segunda reforma administrativa do Estado moderno: a primeira foi a Reforma Burocrática ou Weberiana, que marcou a mudança do Estado patrimonialista para o liberal; a segunda é a Reforma Gerencial, que marca a transição do Estado liberal para o Estado Democrático do Bem-Estar Social.

Polifonia: Dentro da estratégia novo-desenvolvimentista que o senhor defende, certamente a pesquisa científica e a inovação tecnológica têm um papel fundamental para o desenvolvimento econômico. Qual o papel da Universidade nesse processo e de que forma ela pode desempenhá-lo? A solução para a universidade brasileira passa apenas pela ampliação de repasses, ou é necessária uma reforma universitária que reestruture seu funcionamento e seus gastos?

Bresser-Pereira: O papel da universidade é fundamental em qualquer país. Mas para que possa ser desenvolvida, é preciso que seja eficiente. Há três formas de propriedade das universidades: a estatal, a pública não-estatal e a privada. No Brasil prevalecem a primeira forma, muito ineficiente, e a terceira, voltada para o lucro, um absurdo. A forma eficiente e de boa qualidade é a da universidade pública não-estatal. No Brasil, as universidades estatais deveriam ser transformadas em organizações sociais que continuariam a ter o total apoio econômico do Estado, seriam por ele firmemente monitoradas

através de contratos de gestão, mas seus novos professores e funcionários seriam CLT. Essa é a única forma de tornar a universidade eficiente.

Polifonia: E como integrar a pesquisa científica produzida na universidade ao mundo das empresas, para gerar inovação?

Bresser-Pereira: As empresas brasileiras só inovarão se investirem, e só investirão para valer se a taxa de câmbio for competitiva, situando-se no nível do equilíbrio industrial. Nesse caso, as empresas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial seriam competitivas. Não é o que acontece hoje no Brasil. Aqui, como em todos os países em desenvolvimento que não administram sua taxa de câmbio, ela tende a ser crônica e ciclicamente sobreapreciada – o que reduz as expectativas de lucro e as decisões de investimento com inovação das empresas.

Polifonia: Para finalizar, um dos pontos centrais da reforma da gestão pública liderada pelo senhor em 1995 era o de que os serviços sociais e científicos devem ser contratados com organizações públicas não-estatais de serviço, as “organizações sociais”. Muitos governos regionais e locais têm recorrido às organizações sociais, sobretudo na área da saúde. Há o risco de essas organizações serem capturadas pelo mercado, pelo setor privado? Como impedir que isso ocorra?

Bresser-Pereira: As organizações sociais não são uma panaceia. Para que funcionem bem, precisam de boa administração interna, e de bom monitoramento pelo Estado que as financia em parte ou integralmente.